EDITORIAL/*EDITORIAL NOTE*

Paulo de Sousa Mendes
Miguel Sousa Ferro

O número duplo 23-24 da Revista de Concorrência e Regulação principia com os discursos do Presidente da Autoridade da Concorrência na abertura e encerramento da IV Conferência de Lisboa sobre Direito e Economia da Concorrência, que se debruçam sobre alguns dos principais desafios e questões em aberto, atualmente, na política e direito da concorrência, em Portugal, na Europa e no mundo em geral.

Debruçamo-nos, de seguida, sobre um dossier temático dedicado a várias questões de direito financeiro.

Dois autores, Luís Catarino e Margarida Reis, analisam a problemática da idoneidade no setor financeiro, com perspetivas diferentes.

This double issue 23-24 of the Competition & Regulation Review opens with the speeches delivered by the President of the Competition Authority at the opening and closing of the 4th Lisbon Conference on Competition Law & Economics, which tackle some of the main challenges and open questions, today, in competition policy and law, in Portugal, Europe and the world at large.

We then move into a special dossier dedicated to a number of issues of financial law.

Two authors, Luís Catarino and Margarida Reis, analyse the complex question of personal suitability in the financial sector, taking on different per-

O primeiro centra-se na fronteira entre o Direito e a Ética e na necessidade de responsabilidade pessoal e de mecanismos internos de controlo nas empresas em complemento dos mecanismos públicos. Margarida Reis foca mais especificamente os critérios normativos de idoneidade e os mecanismos públicos de controlo, alertando para o risco de uma aplicação do sistema que leve a resultados indesejados.

Outros dois artigos tratam dos deveres de informação no contexto dos mercados financeiros.

Inês Serrano de Matos olha especificamente para o mundo do *debt finance*, defendendo a necessidade de se proteger os investidores não qualificados não só através da informação no momento da aquisição do produto financeiro, que argumenta que seria melhorada pela especialização da banca, mas também através da educação/formação geral anterior dos potenciais investidores (processo de alfabetização financeira).

João Andrade Nunes analisa as condições legais dos prospetos para ofertas públicas de valores mobiliários, bem como as sanções civis, criminais e administrativas associadas.

O dossier termina com a perspetiva de João Vieira dos Santos sobre

spectives. The first focuses particularly on the border between Law and Ethics, on the need for personal responsibility and for internal mechanisms of control in the companies as a complement to public mechanisms. Margarida Reis pays more specific attention to the normative criteria for suitability and to the public mechanisms of control, alerting us to the risk of an enforcement of the system, which leads to unwanted results.

Two other papers address information duties in the context of financial markets.

Inês Serrano de Matos looks specifically at the world of debt finance. She argues for the need to protect non-qualified investors, not only through information provided at the time of purchase of the financial product, which she suggests would be improved through the specialisation of banks, but also through prior general education/training provided to potential investors (promoting financial literacy).

João Andrade Nunes analyses the legal requirements on prospectus information for public offers of securities operations, as well as the respective civil, criminal and administrative sanctions that accompany these obligations.

The dossier ends with the perspective of João Vieira dos Santos on the process

o processo de construção da União do mercado de capitais e algumas preocupações e medidas concretas destacadas. O autor sublinha a importância da supranacionalidade do sistema de supervisão pública e da democratização e educação da população sobre este processo.

O segundo dossier temático versa sobre algumas questões atuais de processo penal e direito probatório.

Stephen Mason explora a possibilidade de criação de um instrumento internacional relativo à prova digital ou eletrónica. Entretanto, desafia os agentes da justiça e os juristas em geral a tomarem a liderança, tendo em vista a promoção de um vasto programa de formação que permita tanto aos advogados como aos juízes adquirirem uma compreensão mais profunda da natureza da prova digital ou eletrónica a bem da justiça.

Angélica Rodrigues da Silveira analisa a decisão do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos (TEDH) no caso Weh c. Áustria, o que lhe serve de ponto de partida para uma investigação aprofundada do significado da prerrogativa contra a autoincriminação compulsória.

Daniel Diamantaras de Figueiredo trata de outra decisão proferida pelo TEDH, desta feita no caso Al-Kha-

of creating the capital markets Union and on some specific concerns and measures which are singled out. The author underlines the importance of the supranationality of the public supervision system, as well of the democratization and education of the population in what concerns this process.

The second special dossier focuses on some actual topics of criminal procedure and evidence law.

Stephen Mason explores the possibility of the development of a global law of electronic evidence. In the meantime, he says that the judiciary and legal professions could take the lead together to engage in an extensive programme of education to require lawyers and judges to more fully understand the nature of electronic evidence in the interests of justice.

Angélica Rodrigues da Silveira addresses the judgement delivered by the European Court of Human Rights (ECtHR) in the case of Weh v. Austria as a starting point for an in-depth exploration on the meaning of the privilege against compulsory self-incrimination.

Daniel Diamantaras de Figueiredo deals with another judgement delivered by the ECtHR in the case of Al-Khawaja and Tahery v. the United King-

waja e Tahery c. Reino Unido, a respeito do problema da admissibilidade como prova na fase de julgamento dos depoimentos das testemunhas produzidos fora do tribunal.

Para Felipe Soares Tavares Morais o ponto focal é a discussão sobre o ónus da prova em processo penal, recentemente reativada por inúmeros autores.

Margarida Caldeira aprecia criticamente a recente alteração ao Código de Processo Penal português no que toca ao valor probatório das confissões e declarações confessórias produzidas pelo suspeito ou arguido em fases anteriores ao julgamento.

Finalmente, Eva Lourenço guia-nos na análise do acórdão do TEDH no caso Vinci, relativo à aplicação das normas da Convenção Europeia de Direitos Humanos a diligências de buscas realizadas por autoridades de concorrência. O caso é especialmente importante por se ter identificado uma efetiva violação de direitos fundamentais, na forma de ausência de mecanismos adequados de garantia desses direitos durante as buscas, deixando muitas dúvidas sobre a fronteira da legalidade.

dom, regarding the problem of admissibility of hearsay statements made by out-of-court declarants.

For Felipe Soares Tavares Morais the main subject is the dispute over the burden of proof in criminal proceedings, recently renewed by several authors.

Margarida Caldeira deals with the recent amendment made to the Portuguese criminal procedure law regarding the probative value of confessions and admissions made by the defendant in a pre-trial stage.

Finally, Eva Lourenço guides us in the analysis of the ECHR's judgment in the Vinci case, relating to the enforcement of the provisions of the European Convention on Human Rights to dawn raids carried out by competition authorities. The case is especially important because an actual violation of fundamental rights was identified, in the form of an absence of adequate mechanisms to ensure the protection of those rights during the searches, leaving many doubts as to where the border of lawfulness truly lies.